

O MARXISMO E O SISTEMA ECONÔMICO SOVIÉTICO

JORGE MIGLIOLI *

Tanto entre os simpatizantes da ex-União Soviética como entre seus adversários é comum a idéia de que o sistema econômico vigente naquele país até seu colapso constituiu-se diretamente a partir das concepções dos "clássicos do marxismo" (Marx e Engels) e de Lenin. Os manuais soviéticos foram pródigos na divulgação desta idéia; por exemplo: "Foram Marx, Engels e Lenin que fundaram a teoria do período de transição do capitalismo para o socialismo. Eles armaram a classe operária, todos os trabalhadores, com o conhecimento científico dos caminhos de construção do socialismo"(1). Ou então: "Os fundadores do comunismo científico colocaram-se e resolveram os problemas da política econômica do período de transição do capitalismo para o socialismo, logo no início da luta revolucionária do proletariado"(2).

Por outro lado, existe também uma postura que, em defesa do marxismo e em ataque à URSS, procura refutar a influência dos "clássicos", mas não de Lenin, na constituição do sistema soviético. Essa postura é adotada tanto pelos partidários do "socialismo de autogestão" (isto é, do governo direto dos trabalhadores, sem intermediação do Estado) como por outros críticos radicais(3).

Neste trabalho vamos procurar mostrar - embora de forma sumária, porque o assunto poderia ser objeto de todo um livro - a influência das concep-

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara.

1. P. Nikitine, *Manuel d'économie politique*. Moscou, Editions en Langues Étrangères, 1961, p. 209.

2. I. I. Katorguine, *Experiência histórica do PCUS na aplicação da nova política econômica: 1921-1925*, Moscou, Progresso, 1980, p. 6.

3. Como exemplo dos primeiros, ver o livro de Alain Guillerme e Ivon Bourdet, *Autogestão: uma mudança radical* (traduzido do francês), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, cap. 3; como exemplo dos segundos, Robert Kurz, *O colapso da modernização* (traduzido do alemão), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, especialmente o capítulo sobre "A economia alemã de guerra e o socialismo estatal". Para Kurz, neste livro (p. 31), o chamado "socialismo real" da URSS e outros países nada mais era do que um "regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas".

ções de Marx e de Engels sobre a constituição do sistema econômico soviético, concluindo com uma também breve apresentação das idéias de Lenin antes da implantação desse sistema.

As contribuições de Marx e Engels

Na vasta obra de Marx e Engels é possível encontrar diversas considerações de caráter filosófico a respeito de uma sociedade comunista, como podemos ver, por exemplo, nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*: "O comunismo, como a positiva transcendência da propriedade privada (...), como a apropriação real da essência humana pelo e para o homem (...), como o completo retorno do homem a si mesmo como ser social, isto é, humano..."(4). É possível também encontrar umas poucas observações claramente utópicas, como a que fazem Marx e Engels na primeira parte da *Ideologia alemã*, quando, ao analisarem a evolução da divisão do trabalho, afirmam que "na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera exclusiva de atividade, mas cada um pode realizar-se em qualquer setor que deseje, a sociedade regula a produção geral e assim torna-se possível fazer uma coisa hoje e outra amanhã, caçar de manhã, pescar no início da tarde, cuidar do gado no fim da tarde, fazer crítica depois do jantar (...) sem me tornar um caçador, pescador, pastor ou crítico"(5).

Mas os chamados "clássicos do marxismo" não formularam qualquer descrição de uma futura sociedade comunista - fato este que é um dos principais traços que os distinguem dos socialistas utópicos que os precederam -, posto que estavam interessados essencialmente na análise do capitalismo em seus diferentes aspectos. Na formação do sistema econômico soviético foram aproveitadas algumas idéias de Marx e de Engels - como veremos em seguida -, mas isto não é suficiente para caracterizar esse sistema como marxista. É preciso considerar que se algumas idéias foram aproveitadas, uma parte delas o foi de modo deturpado e outras foram completamente ignoradas, quando não violentadas: o socialismo como realização da liberdade foi convertido em regime de opressão, a ditadura do proletariado se transformou em simples ditadura, a propriedade social dos meios de produção virou propriedade de um Estado dominado por uma elite partidária. E, no todo, pode-se dizer, como afirmaram os economistas poloneses em seu Congresso de 1967, que o marxismo foi usado "para fornecer justificação apologética das políticas econômicas correntes"(6). Por tudo isso é que mesmo estudiosos não alinhados com o comunismo reconhecem que o sistema soviético não pode ser claramente identificado

4. K. Marx, *Economic and philosophical Manuscripts of 1844*, Moscou, Progress Publishers, 1967, p. 95.

5. K. Marx e F. Engels, *The German Ideology*, Moscou, Progress Publishers, 1964, pp. 44-5.

6. Citado por J. Wilczynski, *The Economics of Socialism*, Londres, Allen and Unwin, 1970, p. 29.

com o marxismo, como o faz R. Hutchings ao afirmar: "Mas não se deve pensar no sistema econômico soviético como um sistema completamente marxista: ele é, predominantemente, soviético (...). Há, realmente, um largo espaço entre as generalidades de Marx e o imenso complexo e burocratizado sistema soviético atuar"(7).

Vejamos então algumas contribuições de Marx e de Engels para a formação do sistema soviético. Para começar, é preciso observar, como o faz W. Brus, que as declarações de Marx e de Engels sobre a futura economia socialista foram feitas em dois tipos de circunstâncias: 1) "à margem da análise das leis do capitalismo, mais freqüentemente com o objetivo de acentuar o caráter historicamente passageiro do modo de produção capitalista" e 2) "em ligação com as necessidades práticas da luta ideológica, sobretudo quando se tratava de opor-se absolutamente às teses errôneas de programas de ação"(8).

A influência de Marx e Engels sobre a formação do sistema econômico na Rússia após a Revolução bolchevista de 1917 pode ser separada também em dois tipos. O primeiro - que poderia ser designado de influência indireta - engloba certos pontos de suas críticas do capitalismo ou da economia em geral que foram aproveitados na constituição tanto de técnicas de mensuração e de planejamento como das formas de gestão das atividades econômicas na URSS. O segundo tipo - que poderia ser chamado de influência direta - refere-se a algumas concepções relacionadas diretamente com a visão que eles faziam do socialismo, sendo que freqüentemente essas concepções decorriam de suas análises do capitalismo e de outros modos de produção.

Contribuições indiretas

Dentro do primeiro tipo de influência existem alguns exemplos bastante conhecidos.

a) *Sistema de contabilidade social*. O sistema de contabilidade da produção global na URSS (depois adotado também em outros países ditos "socialistas") se constituiu inteiramente a partir da teoria marxista, cujo conceito de "novo valor criado" (equivalente a "valor adicionado", "produto" e "renda") inclui apenas a produção material (agricultura, indústria, comércio e transporte de mercadorias), diferentemente da contabilidade social usada nos países capitalistas, a qual também computa a produção de serviços(9).

7. R. Hutchings, *El desarrollo económico soviético 1917-1970* (trad. do inglês), Madrid, Ediciones Istmo, vol. I, p. 62.

8. Włodzimierz Brus, *Problemes généraux d'orientation de l'économie socialiste* (trad. do polonês), Paris, François Maspero, 1968, p. 31.

9. Este sistema contábil usado na URSS e em outros países está resumidamente explicado em

b) *Esquemas de reprodução e planejamento.* Os esquemas de reprodução formulados por Marx no segundo volume de *O capital* (capítulos 20 e 21) tiveram enorme influência na técnica de planejamento, porque teriam sido os inspiradores dos chamados "balanços materiais da produção", amplamente empregados na URSS, e também dos quadros de insumo-produto mais tarde criados pelo economista americano de origem russa, Wassily Leontief⁽¹⁰⁾.

c) *Teoria da reprodução e política econômica.* A teoria da reprodução de Marx (dentro da qual se inserem os esquemas de reprodução) foi usada para reformular ou para justificar a política econômica soviética de industrialização acelerada. Dessa teoria da reprodução pode-se destacar tanto a estreita relação entre consumo e acumulação de capital como a importância dessa acumulação no processo de reprodução ampliada (crescimento econômico). Contudo, o modo como essa teoria foi empregada na União Soviética foi intermediado por diversas interpretações dela, principalmente por aquela fomecida por Tugan-Baranovski, a qual influenciou a visão de Lenin e, por intermédio deste, a de Stalin. A influência de Tugan-Baranovski se fez sentir principalmente por meio de sua "descoberta" de que o departamento produtor de meios de produção pode crescer mais rapidamente do que o produtor de bens de consumo, sem gerar desequilíbrio na economia, desde que haja, nas palavras de Tugan, uma "repartição proporcional de produção", isto é, desde que os investimentos sejam distribuídos entre os diversos setores de atividades sem gerar excesso de capacidade produtiva em relação à demanda, e tendo em vista que esses setores trocam entre si seus diferentes produtos."

Essa descoberta da possibilidade do crescimento mais rápido do departamento produtor de meios de produção - a partir de Stalin convertida em "lei da prioridade da produção de meios de produção" - serviu como uma luva para respaldar a política de industrialização forçada a partir de 1924, ou seja, a partir da vitória da proposta de Stalin do "socialismo num só país". O isolamento político da União Soviética impunha-lhe a necessidade de criar uma economia autárquica (isto é, auto-suficiente em todos os setores) e um forte setor produtor de armamentos, e em ambos os casos era preciso acelerar a produção de meios de produção - do que resultou, como é sabido, a grande deficiência da produção de bens de consumo, especialmente bens

J. Wilczynski, *The economics (Ir socialism*, cap 4, e mais minuciosamente em United Nations Economic Commission for Europe, "A note on some aspects of national accounting methodology in eastern Europe and the Soviet Union", in R. H. Parker e G. C. HarcoU11 (orgs.), *Readings in the Concept and Measurement (Ir Income*, Londres, Cambridge University Press, 1969.

10. Cf. Oskar Lange, *Introdução/1 to econometrics*, Nova York, Pergamon Press, s.d., cap 3, "Sobre o uso e a composição dos balanços materiais de produção"; cf. J. M. Montias, "Planning with material balances Soviet-type economies", in Alec Nove e D. M. Nuti (orgs.), *Socialist economics*, Londres, Penguin Books, 1972.

11. Para uma análise das interpretações de Tugan-Baranovski e de Lenin, ver Jorge Miglioli, *Acumulação de capital e demanda efetiva*, São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1982, caps. 10 e 11.

de consumo pessoal. Todavia, em vez de apresentar o crescimento acelerado da produção de meios de produção como uma prioridade politicamente estabelecida, o marxismo oficial soviético colocou-o como uma "lei econômica" do processo de reprodução ampliada - o que, infelizmente, continua a ser aceito até hoje por muitos economistas marxistas(12).

Em seu principal escrito econômico, *Problemas econômicos do socialismo na URSS* (1952), Stalin presta suas homenagens à teoria da reprodução de Marx: "Os esquemas de reprodução de Marx não se restringem apenas a refletir os traços específicos da reprodução capitalista (...), eles incluem também diversas teses fundamentais sobre a reprodução válidas para todas as formações sociais incluindo muito especialmente a formação social socialista. Teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx - como a da divisão da produção social em produção de meios de produção e produção de meios de consumo, a da prioridade da produção de meios de produção na reprodução ampliada, a do produto líquido considerado como única fonte de acumulação, a da formação e do papel dos fundos sociais, a da acumulação considerada como única fonte de reprodução ampliada - todas estas teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx não são válidas apenas para a formação capitalista, e nenhuma sociedade socialista pode abster-se de aplicá-las para planificar a economia nacional" (13).

É curioso observar que, apesar da "prioridade da produção dos meios de produção", Stalin afirma nesse mesmo livro que "assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais em constante crescimento de toda a sociedade é o objetivo da produção socialista" (p. 78 da edição brasileira).

d) *Lei do valor e economia socialista*. De acordo com a análise de Marx, na economia capitalista impera a "lei do valor" que determina as relações de troca entre as mercadorias, a distribuição dos recursos humanos e materiais entre os setores produtivos, e daí a quantidade produzida de cada mercadoria. Apesar do papel regulador da lei do valor, a economia capitalista tem um caráter anárquico, que se manifesta com mais intensidade nos momentos das crises periódicas de superprodução relativa. Se é assim que funciona a economia capitalista, então a economia socialista tem de funcionar de modo diferente. Com o objetivo de explicar essa diferença, a imaginação criadora dos comunistas russos voou alto nos anos que se seguiram à Revolução de Outubro.

12. o primeiro economista a mostrar a falácia da "prioridade da produção de meios de produção no mundo socialista" foi Michael Kalecki num trabalho publicado originalmente na Polónia em 1956. Em português, este trabalho intitulado "Dinâmica do investimento e da renda nacional da economia socialista" encontra-se em Jorge Miglioli Corg., *Kalecki*, São Paulo, Ática, 1980, Coleção grandes cientistas sociais. Ver também neste livro o artigo sobre "Determinação da taxa de crescimento de uma economia socialista subdesenvolvida".

13. I. Staline, *Problemes économiques du socialisme en URSS*, Paris, Éditions Sociales, 1953, p. 67 ou p. 80 da edição brasileira, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1953.

Alguns partiram do princípio de que era preciso deixar totalmente de lado as regras de funcionamento da economia capitalista, e por isso mesmo a Economia Política de nada servia: para a construção do socialismo era uma ciência inútil, morta. O mais proeminente representante dessa postura foi Bukharin, quando ainda militava na ala radical de esquerda dos bolchevistas; assim escreveu em sua *Teoria econômica do período de transição*, de 1920: "A economia política teórica é ciência da economia social que se funda na produção de mercadorias, isto é, a ciência da economia social organizada", onde a produção e a distribuição são anárquicas e onde "a regularidade da vida social se manifesta sob a forma de 'leis naturais elementares', independentes da vontade dos indivíduos ou das coletividades". Assim, a economia teórica "é uma disciplina historicamente limitada". Ou seja, numa economia social organizada, como seria a economia socialista, "desaparecem todos os problemas fundamentais da economia política: o problema do valor, do preço, do lucro, etc. (...) Não sobra lugar para uma ciência que estude as 'leis cegas' do mercado, posto que o próprio mercado não existe". Portanto, "o fim da sociedade fundada na produção capitalista de mercadorias significa também o fim da economia política" (14).

É preciso registrar que, no início do século, essa concepção era partilhada por diversos teóricos marxistas. Por exemplo, na Alemanha, Rosa Luxemburgo dizia que "a economia política acaba como ciência no momento em que a economia anárquica do capitalismo cede lugar a uma economia planejada, conscientemente organizada e dirigida pelo conjunto da sociedade trabalhadora. A vitória da moderna classe operária e a realização do socialismo significam portanto o fim da economia política como ciência". Para Rudolf Hilferding: "A economia política deixa então de existir sob a forma que a conhecemos até agora e é substituída por uma ciência da riqueza das nações"(15). Na Rússia, alguns anos depois de Bukharin tê-la manifestado, essa concepção foi reafirmada por Preobajenski (que, diferentemente de Bukharin, continuava na ala esquerda dos bolchevistas) em seu livro *A nova econômica*: "O oposto da produção mercantil é a economia socialista planejada que a substitui historicamente. Mas se no domínio da realidade econômica, o produto na economia planejada se opõe à mercadoria do modo capitalista de produção, se a medida pelo tempo de trabalho se opõe ao valor, se a contabilidade da economia planejada se opõe ao mercado enquanto esfera de manifestação da lei do valor, se o sobreproduto se opõe à mais-valia, do mesmo modo, no domínio da ciência, a economia política cede lugar à tecnologia social, isto

14. Nicolai Bujarin, *Teoria econômica dei período de transición*, Córdoba, Ediciones Pasado y Presente, 1972, capo I, p. 3.

15. Estas citações foram extraídas de Oskar Lange, *Political economy*, yol. I, Londres, Pergamon Press, 1963, p. 84.

é, à ciência da produção socialmente organizada" (16).

Embora sofrendo restrições por parte de Lenin (como pode ser constatado em suas observações sobre o livro de Bukharin - incluídas no final da edição em espanhol de seu livro, já citada), esta concepção foi partilhada por outros intelectuais russos e teve grande repercussão nos meios políticos, porque vinha ao encontro do anseio de muitos revolucionários da época que pretendiam construir uma sociedade totalmente nova, radicalmente desligada do capitalismo; ou seja, fazia parte da postura voluntarista que se impôs na política econômica soviética. A permanência dessa concepção dentro da URSS pode ser percebida pelo fato de que, trinta e dois anos depois de expressada por Bukharin, isto é, em 1952, Stalin ainda se sentia obrigado a repreender aqueles que a adotavam: "Alguns camaradas negam o caráter objetivo das leis da ciência, particularmente das leis da economia no socialismo (...) Esses camaradas estão profundamente errados"(17).

A negação da validade da economia política na sociedade socialista correspondia - como se vê nas formulações de Bukharin e de Preobajenski - à negação, nessa sociedade, do funcionamento da lei do valor e também das próprias categorias de valor, preço, mercado, mercadoria, lucro. A economia não mais seria orientada pelas "leis cegas" do mercado, mas de forma consciente, por meio de uma "administração científica", por meio do planejamento global da economia, compreendendo tanto a produção como a distribuição dos bens. Também a moeda seria abolida porque não mais teria qualquer função: nem para expressar valor, nem como reserva de valor e nem mesmo como meio de troca.

Muitas dessas idéias foram tentativamente postas em prática durante o período do Comunismo de Guerra: a distribuição dos recursos produtivos através do planejamento central, a distribuição direta de bens de consumo à população por meio de cooperativas de consumidores, a abolição parcial da moeda, o cálculo do valor dos produtos (para fins contábeis) diretamente em unidades de tempo de trabalho (para o que tentou-se encontrar um método que permitisse converter trabalho complexo em trabalho simples). Essas "tendências radicais" foram amainadas durante o período da Nova Política Econômica (a partir de 1921), quando o retomo de uma parte considerável da economia à iniciativa privada obrigou os economistas soviéticos a reavaliarem o papel da lei do valor numa sociedade de transição do capitalismo para o socialismo. Mas a idéia básica apresentada por Bukharin - a substituição da lei do valor pelo

16. E. Preobajenski, *La nouvelle économique* (trad. russo), Paris, Études et Documentation Internationales, 1966, cap 1, ou p. 55 da edição brasileira: *A Nova econômica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

17. J. Staline, op. cit. (ed. bras.), p. 3.

planejamento global e minucioso da economia - acabou por manifestar-se vitoriosa a partir do Primeiro Plano Quinquenal, iniciado em 1928. Por outro lado, com a consolidação do poder ditatorial de Stalin, tornou-se cada vez mais perigoso manifestar opiniões não só sobre a política econômica soviética, mas até mesmo sobre teoria econômica. Sintomático dessa situação foi o fato de que "Não surgiu um só compêndio de economia entre 1928 e 1954 e, na verdade, por diversos anos foi preciso parar de ensinar economia política nas instituições de educação superior. Foi um período da história intelectual soviética em que (...) era insalubre expressar idéias críticas, e a diretiva ou política econômica mostrava-se tão intensamente política que talvez não fosse surpreendente as pessoas hesitarem antes de apresentar teorias que pudessem, por implicação, serem consideradas como dando critérios objetivos pelos quais se pudesse julgar a diretiva oficial" (18).

Contribuições diretas

Dentre as concepções de Marx e de Engels diretamente relacionadas com sua imagem do socialismo, também existem alguns exemplos importantes. Vamos começar por um mais simples para depois abordar outros mais complexos.

a) *Distribuição do produto*. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx discrimina, embora resumidamente, as partes em que deve ser dividido o "produto social total" (ou "valor bruto da produção" em nossos manuais de Economia) numa sociedade socialista. As três primeiras partes são, na terminologia atual: 1) despesa com a reposição de bens intermediários e de instrumentos de produção; 2) despesas de investimento; 3) constituição de fundos de reserva. Descontadas essas partes, resta o produto que pode ser usado para consumo, tanto o coletivo como o pessoal. Ele divide o consumo coletivo em duas partes: "Primeiro, os custos gerais da administração não ligada à produção" (por exemplo, os custos da administração pública); "segundo, a parte destinada à satisfação comum de necessidades, tais como escolas, serviços de saúde, etc." O restante, destinado ao consumo pessoal, é separado em duas partes: uma para "fundos para pessoas incapacitadas ao trabalho" e outra para os "produtores individuais da sociedade cooperativa" (isto é, os trabalhadores da sociedade socialista)(19).

18. Alec Nove, *A economia soviética*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963, pp. 327-8. O capítulo 11 deste livro constitui um bom resumo das discussões sobre a lei do valor e o caráter das leis econômicas na URSS até 1960. Para um resumo mais completo dessas discussões nos primeiros anos da URSS, ver o capítulo 2 do livro já citado de W. Brus.

19. K. Marx, *Critique of the Gotha Programme*, Moscou, Foreign Languages, Publishing House, s.d., p. 19.

Para concordar com esse esquema de divisão do "produto social total" não é preciso ser marxista; basta conhecer um pouco de Economia para saber que o processo produtivo requer as três primeiras partes mencionadas por Marx e que é preciso destinar uma parte da produção para o consumo coletivo e o consumo dos indivíduos. Isto é válido para qualquer tipo de sociedade, capitalista ou socialista; a única diferença é que no socialismo - onde por princípio não há proprietários privados de meios de produção - toda "a parte destinada à satisfação comum de necessidades" constitui um benefício para os trabalhadores e toda a parte destinada ao consumo pessoal cabe diretamente a eles.

Esse esquema de repartição do produto - que hoje em dia é facilmente entendido, mas que nas primeiras décadas do presente século ainda era uma novidade - foi extremamente útil para a organização da repartição tanto no âmbito social quanto no das empresas na URSS, e por isso era tido em alta conta por seus dirigentes que absurdamente o viam como uma das "teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx" (segundo as palavras de Stalin no texto anteriormente transcrito).

Contudo, se o esquema foi útil no sentido organizativo, não o foi para orientar as magnitudes das diferentes partes componentes do produto. Assim, no que se refere aos "custos gerais de administração não ligada à produção" na sociedade socialista, enquanto Marx acreditava que "esta parte será, desde o início, consideravelmente restringida em comparação com a sociedade de hoje e diminuirá na medida em que se desenvolver a nova sociedade"(20) a história mostrou que esta parte pode ser incrivelmente ampliada numa sociedade como a soviética, com seu enorme aparato estatal.

b) *Transição do capitalismo para o socialismo.* Em diversos momentos das obras de Marx e Engels, encontra-se a idéia de que entre o capitalismo e o socialismo (ou comunismo) existe uma fase de transição, por exemplo, na seção 11 da parte III do *Anti-Dühring* de Engels e, mais claramente, na *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx, onde se lê que: "Entre a sociedade capitalista e a socialista há o período de transformação revolucionária de uma para outra. A isto também corresponde um período de transição política na qual o Estado não pode ser outra coisa que a ditadura revolucionária do proletariado"(21).

E páginas antes, Marx havia assinalado que nesse período de transição a distribuição pessoal da produção seria feita de acordo com a quantidade de trabalho efetuado por cada indivíduo, embora isso constituísse uma repartição desigual- posto que diferentes indivíduos contribuiriam com diferentes quantidades de trabalho. Somente na fase superior da sociedade comunista essa situação seria modificada: "Numa fase superior da sociedade comunista, depois que tiverem desaparecido a escravizante subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, e, com ela, também a antítese entre o traba-

20. Id., *ibid.*, p. 19. 21.

Id., *ibid.*, p. 31.

lho, e, com ela, também a antítese entre o trabalho intelectual e o físico, depois que o trabalho se tenha tornado não apenas um meio de vida, mas também a primeira necessidade da vida, depois que as forças produtivas tenham aumentado com o completo desenvolvimento do indivíduo e as fontes da riqueza cooperativa jorrem mais abundantemente - somente então o estreito horizonte do direito burguês pode ser inteiramente ultrapassado e a sociedade pode inscrever em suas bandeiras: De cada um de acordo com sua capacidade, para cada um de acordo com suas necessidades"(22).

Todas essas idéias de Marx a respeito da fase superior da sociedade comunista podem ser consideradas como puramente utópicas(23): o desaparecimento da divisão do trabalho, o trabalho como "necessidade da vida" (isto é, não imposto pela necessidade de ganhar a vida), o "completo desenvolvimento do indivíduo", a repartição pessoal da produção de acordo com as necessidades de cada indivíduo (implicando isto uma situação de plena abundância) - tudo isso pode ser visto nas condições da sociedade do tempo de Marx e de hoje como um conjunto de previsões utópicas. Todavia, utópicas ou não, essas idéias exerceram forte influência no pensamento socialista, mas não na formação do sistema soviético, posto que "a fase superior" do comunismo estava longe de ser alcançada.

Mas outras idéias contidas na concepção do período de transição foram aproveitadas na URSS, um pouco para fins práticos e muito mais para uso ideológico - isto é, para justificar ou legitimar medidas adotadas. Isto foi o que aconteceu com a própria idéia de "período de transição". Se, por um lado, ela serviu de orientação para Lenin propor um caminho gradual para o socialismo começando com um "capitalismo de Estado", por outro lado, ela também serviu depois para justificar os erros da formação soviética e de suas políticas: estes seriam "defeitos" próprios do período de transição. E para essa justificação a seguinte frase de Marx vinha a calhar: "Mas esses defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, quando ela acabou de emergir da sociedade capitalista após as prolongadas dores agudas do parto"(24).

Tradicionalmente, na literatura socialista, falava-se da existência de duas fases: o comunismo (a fase superior) e o socialismo (que seria a fase inferior ou de transição para o comunismo). Mais recentemente introduziu-se uma nova fase, que seria cronologicamente a primeira e a de transição propriamente dita para o socialismo. Com isso novamente procura-se eximir o socialismo como sistema sócio-econômico pelos "defeitos" constatados no passado, que passam a ser "defeitos" do período de transição, o qual pode ser esticado ou encolhido de acordo com as conveniências. No caso concre-

22. Id., *ibid.*, p. 22.

23. É assim que Alec Nove as considera na parte I de seu livro *A economia do socialismo possível* (trad. do inglês), São Paulo, Ática, 1989.

24. K. Marx, *Critique of the Gotha Programme*, op. cit., p. 22.

to da URSS e de outros países, dificilmente chega-se a uma conclusão a respeito da fase em que eles se encontravam num determinado momento; por exemplo, por ocasião de seu colapso eles ainda estavam no período de transição ou já eram "socialistas"? Recentemente, isto é, um ano antes do início do colapso, um livro soviético informava - sem nenhuma preocupação em demonstrá-lo - que na Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia e Romênia, o período de transição para o socialismo durou apenas quinze anos e na República Democrática Alemã, doze anos. "Na URSS o período de transição iniciou-se em outubro de 1917 e durou até meados dos anos 30. A Constituição da URSS aprovada em 1936 fixou a vitória do socialismo no país."²⁵

Assim como aconteceu com a idéia de "período de transição", também o conceito de "ditadura do proletariado" (que fazia parte desse período) foi empregado para fins diferentes. Esse conceito tinha um significado preciso: todo Estado seria um organismo de dominação e opressão (portanto, uma ditadura) de uma classe sobre as outras; portanto, quando os trabalhadores conquistassem o poder do Estado e até que todas as classes fossem abolidas nessa sociedade, então, nesse período de transição, o poder do Estado exercido pelos trabalhadores correspondia à ditadura do proletariado. Esse conceito serviu de orientação aos bolchevistas que tomaram o poder na Rússia, mas, com o passar dos anos, foi sendo usado apenas para justificar a ditadura de um pequeno grupo de pessoas (a cúpula do Partido Comunista) sobre toda a sociedade, incluindo-se aí o proletariado em nome do qual ela era mantida.

c) *Idéias para o período de transição.* Em março de 1848 Marx e Engels, em nome do comitê central da Liga dos Comunistas, redigiram "As reivindicações do Partido Comunista na Alemanha", ²⁶ que, com algumas modificações, foram incorporadas ao texto do *Manifesto do Partido Comunista* (p. 87 da edição citada). Embora referentes a um determinado momento histórico naquele país, muitas dessas reivindicações poderiam ser aproveitadas num programa para o período de transição. Entre elas, e apenas no que se refere à economia, podemos mencionar a estatização dos latifúndios, dos recursos do subsolo, de todo o sistema bancário e de todos os meios de transporte, a "limitação do direito de herança", a "introdução de impostos fortemente progressivos e abolição dos impostos sobre o consumo", e a garantia por parte do Estado da "subsistência de todos os trabalhadores e da assistência aos incapacitados para o trabalho". Note-se, nessas reivindicações, o papel crucial atribuído ao Estado.

d) *Propriedade Social dos Meios de Produção.* Essa é, sem dúvida, a principal característica do socialismo, de acordo com Marx e Engels, reiterada em muitas de suas obras. Em certos pontos eles falam da "aboli-

25. V. Kachine e N. Tcherkassov. *Que é o período de transição?*, Moscou, Progresso, 1988, p. 6. 26. As quais foram incluídas como anexo em K. Marx e F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Petrópolis, Vozes, 1990.

ção da propriedade privada dos meios de produção", em outros referem-se à "propriedade *social* ou *comum* dos meios de produção"; mais raramente apontam a propriedade *estatal* como a forma a ser assumida pela propriedade social ou comum, e neste caso o Estado é identificado como uma organização dos trabalhadores: "O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante" (*Manifesto do Partido Comunista*). Mas não resta dúvida de que em nenhum momento (como aconteceu também em outras questões) eles deixaram claro o que entendiam por propriedade social dos meios de produção, ou melhor, como essa propriedade seria estruturada. Na União Soviética a propriedade estatal foi a forma adotada; de acordo com a doutrina econômica oficial reproduzida exaustivamente nos manuais soviéticos de economia, a propriedade estatal - em comparação com a propriedade cooperativa, também existente - é a forma superior de propriedade social.

A propriedade estatal no socialismo sempre foi um dos pontos principais da crítica dos anarquistas e dos socialistas adeptos da autogestão. Dos anarquistas, porque estes recusam por princípio a preservação do Estado na sociedade socialista, a qual visualizam como uma grande cooperativa de trabalhadores ou como uma federação de associações operárias. Como escrevia Bakunin (1814-76), o principal expoente do anarquismo: "Estamos mesmo convencidos de que a cooperação em todos os ramos do trabalho e das ciências será a forma preponderante da organização social do futuro". Ou então: "É necessária a abolição do Estado (...). Logo, é preciso: a reorganização da sociedade de baixo para cima, pela formação livre e pela livre federação das associações operárias (...)"(27).

A crítica dos socialistas autogestionários é mais fundamentada. Eles geralmente são marxistas (diferentemente dos anarquistas que, desde Bakunin, são adversários do marxismo dentro do movimento socialista em geral), e baseando-se em algumas afirmações de Marx, extraídas principalmente do livro sobre *A guerra civil na França*(28) (onde o autor defende vigorosamente a organização das comunas, inclusive opondo-se ao Estado), eles argumentam que a instituição da propriedade estatal dos meios

27. M. Bakunin, *Textos escolhidos* (seleção e notas de Daniel Guérin), Porto Alegre, L&PM Editores, 1983, pp. 116 e 117.

28. Ver K. Marx, *La guerre civile en France - 1871*, Paris, Éditions Sociales, 1953, especialmente a seção III do texto denominado "Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores" e a seção sobre o "caráter da comuna" no "Primeiro ensaio de redação de *A guerra civil na França*", onde pode-se ler, por exemplo (p. 213): "A Comuna é a tomada do poder do Estado pela sociedade, da qual ela se torna a força viva, em lugar de ser a força que a domina e a subjuga. É esta tomada (do poder) pelas próprias massas populares que substituem por sua própria força a força organizada para as oprimir; a Comuna é a forma política de sua emancipação social (...)".

ção da propriedade estatal dos meios de produção é uma deformação do ideal socialista dos "clássicos marxistas", perpetrada pelos soviéticos sob a liderança de Lênin(29). Mas existem também críticos autogestionários menos radicais em relação à propriedade estatal: esta seria uma forma provisória, transitória, de propriedade social, anterior ao sistema de autogestão socialista. Como escreveu Edvard Kardelj (um dos principais dirigentes iugoslavos da época do marechal Tito): "Marx considerou revolucionário o papel do Estado na socialização dos meios de produção, como coisa indispensável na fase de transição e como recurso. Mas ele não identificou a propriedade estatal com a propriedade social". E falando da passagem do "sistema estatista" para a autogestão socialista: "Com isto a propriedade social deixa de ser uma relação entre o trabalhador e o Estado (...) e toma-se uma relação entre os próprios trabalhadores"(30).

Se aceitarmos a tese marxista do perecimento do Estado com a evolução do socialismo (na verdade uma idéia mais de Engels do que de Marx e bastante explorada por Lenin em seu livro *O Estado e a revolução*), teremos de dar razão ao argumento de Kardelj de que no socialismo a propriedade estatal é uma instituição transitória e com o fim do Estado a propriedade social dos meios de produção tem necessariamente de assumir outra forma que não a estatal. O problema, então, é o de saber qual será essa outra forma, e este é um dos temas centrais dos adeptos do socialismo autogestionário. Mas não somos obrigados a aceitar a tese do desaparecimento do Estado, a qual parece incluir-se entre os elementos utópicos do marxismo e certamente foi, pelo menos em grande parte, responsável pela inexistência de uma doutrina marxista do Estado socialista: se o Estado no socialismo é uma instituição transitória, por que perder tempo em formular tal doutrina(31)?

Agora, sendo o Estado transitório ou não, continua de pé a questão de se a propriedade estatal (transitória ou permanente, não importa) constitui uma forma verdadeira de propriedade social. De acordo com W. Brus: "Ter a propriedade de alguma coisa significa que o proprietário pode dispor do objeto em seu próprio interesse (entendido em sentido amplo). Para que a propriedade seja social, ela deve satisfazer, portanto, dois critérios: deve-se fazer uso do objeto possuído de acordo com o interesse da sociedade, e é a sociedade que deve dispor de tal objeto"(32). Esses dois critérios estão estreitamente relacionados entre si: somente quando a sociedade dispõe do

29. É o que afirma, por exemplo, Alain Guilerm e Yvon Bourdet, op. cit., cap 3, seções III e IV.

30. Edvard Kardelj, *Propriedad social y autogestión*, Buenos Aires, El Cid Editor, 1976, pp. 16 e 19. O primeiro capítulo deste livro constitui uma instigante análise do significado de propriedade social - independentemente de sua defesa de autogestão.

31. Para uma ampla discussão sobre a existência de uma doutrina marxista do Estado, ver o livro de diversos autores italianos (Bobbio, Cerroni etc.), *O marxismo e o Estado*, Rio de Janeiro, Graal, 1991.

32. Wlodzimierz Brus, *Economia y política en el socialismo*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974, cap I, p. 28-9.

dos entre si: somente quando a sociedade dispõe do objeto pode-se garantir que este seja usado de acordo com o interesse dela, que é definido por ela mesma. E daí decorre que, dos dois critérios, o fundamental é a disponibilidade do objeto por parte da sociedade.

Na URSS, Stalin afirmava que esses dois critérios eram atendidos. Quanto ao critério do uso dado aos meios de produção: "Assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais em constante crescimento de toda a sociedade, é o objetivo da produção socialista"(33). E isto, em seu entender, estaria ocorrendo. Quanto ao critério da propriedade: "Atualmente em nosso país, existem duas formas fundamentais de produção socialista: a estatal, que é de todo o povo, e a kolkhosiana, que não se pode dizer que é de todo o povo. Nas empresas estatais os meios de produção e a produção são de propriedade de todo o povo"(34). Esses dois argumentos foram repetidos em todos os manuais soviéticos de Economia. Contudo, apesar da insistência nessas afirmações, é difícil aceitar que, primeiro, a produção da URSS estivesse voltada para atender as necessidades materiais e culturais de sua sociedade (e a história da permanente carência de bens de consumo é a prova disso); segundo, a propriedade estatal só seria de "todo o povo" se o Estado, como proprietário direto dos meios de produção (ou, em outros termos, como intermediário entre esses meios e a sociedade), não apenas representasse os interesses da sociedade mas também fosse controlado por ela - o que implica um Estado amplamente democrático. E isto, como todos nós sabemos, não existia na União Soviética. Portanto, não dá para afirmar que a característica básica do sistema socialista - qual seja, a propriedade social dos meios de produção - vigorasse na União Soviética.

Mas não é verdade que a URSS tenha sido sempre assim. Os comunistas que participaram da revolução estavam realmente interessados em criar uma sociedade socialista baseada no controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e sobre o próprio Estado, o qual, segundo Lenin, seria de "um novo tipo", semelhante à organização da Comuna de Paris de 1871, constituído pelos "soviets (conselhos) de deputados operários, camponeses, soldados etc.". Essa preocupação é claramente visível nos escritos de Lenin, Bukharin, Trotski (com suas denúncias de burocratização do Estado) etc. Contudo, com o passar do tempo, com o fim do controle operário nas empresas, com a coletivização forçada da agricultura, com a crescente centralização administrativa, com a liquidação da oposição não só de direita mas também de esquerda (incluindo os social-revolucionários e menchevistas e até mesmo muitos bolchevistas) e o domínio exclusivo do Partido Comunista bolchevista devidamente "depurado" por Stalin etc. - com tudo isso, os meios de produção foram se tornando cada vez mais sim-

33. J. Staline, op. cit. (ed. bras.), p. 78. 34.

Id., *ibid.*, p. 16.

ples instrumentos de um Estado centralizado e autoritário para a realização dos interesses de uma camada dirigente fechada.

e) *Planejamento*. Em *O capital*, ao analisar o modo capitalista de produção, Marx às vezes refere-se circunstancialmente à necessidade da contabilidade social e do planejamento no socialismo para regular a produção e a distribuição. Em *A guerra civil na França*(35), ele defende que "o conjunto das associações cooperativas deve regulamentar a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob sua própria direção e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são o destino inelutável da produção capitalista". Também em outros textos, seus ou de Engels, encontram-se referências diretas ou indiretas ao planejamento numa sociedade socialista.

Contudo, como observou Bobrowski, "para encontrar a justificativa do planejamento enquanto sistema, não é a tal ou qual passagem de Marx que se deve referir, mas ao conjunto de sua obra, ou melhor, a algumas de suas proposições fundamentais"(36). Segundo ele, essas proposições são as seguintes: 1) a anarquia da economia capitalista resulta da contradição entre a apropriação privada dos meios de produção e o caráter social da produção; 2) a socialização permite adequar as relações de produção e as forças produtivas; 3) o espírito humano pode apreender as leis objetivas que regem o curso da história, permitindo que a humanidade atue conscientemente sobre esse curso.

Embora referências específicas e o próprio conjunto das obras de Marx justifiquem a necessidade do planejamento no socialismo, nelas não se encontra qualquer indicação de como esse planejamento seria feito, nem mesmo de quem seria o sujeito desse processo: o Estado ou, na ausência deste, um organismo próprio encarregado (nas palavras de Engels em *Anti-Dühring*) da "administração das coisas e do processo de produção"? De acordo com a interpretação do historiador inglês E. H. Carr: "Embora definisse a planificação e a direção da vida econômica como uma parte claramente integrante do socialismo, Marx limitou-se a seguir a concepção de todos os socialistas, desde Saint Simon, segundo a qual estas funções seriam desempenhadas não pelo Estado ou por qualquer órgão político, mas pelos próprios produtores".37

De qualquer modo, o "planejamento" (assim como a "propriedade social dos meios de produção" à qual ele acabou sendo associado) passou a ser aceito como um componente do sistema socialista. E. H. Carr informa que o programa adotado pelo Partido Operário Social Democrata Russo (posteriormente Partido Comunista), em seu segundo congresso em 1903, propunha "substituir a propriedade privada dos meios de produção e troca pela propriedade social" e "introduzir a organização planificada do processo

35. K. Marx, op. cit., seção 111, p. 46.

36. Czeslaw Borowski, *Formati01 du systeme .soviétique de pl11ificati01*, Paris, Mouton, 1956, p. 13. 37. E. H. Carr, *A revolução bolchevique: 1917/1923*, Porto, Edições Afrontamento, vol. 11, 1979, p. 18.

de produção social". "Mas esta era uma declaração formal, e nada foi feito para elaborar a concepção de um plano na literatura bolchevique antes da revolução".³⁸ Na verdade, nem mesmo nos meses que antecederam ou sucederam a revolução os bolchevistas tinham alguma idéia razoavelmente clara a respeito do planejamento. Isto pode ser constatado nos escritos de Lenin desse período, os quais, com raras exceções, nem sequer mencionam a planificação como procedimento a ser adotado, embora freqüentemente ele se refira à necessidade do controle de diversas atividades econômicas pelos soviets de trabalhadores ou pelo Estado. Uma das exceções, e que expressa uma visão um tanto sarcástica e tecnocrática do planejamento, encontra-se no artigo "Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?", escrito poucos dias antes da revolução. Depois de ironizar um artigo publicado por Bazarov (que mais tarde se destacaria como economista), em que este sintomaticamente lamenta que "os bolcheviques escarneçam dos homens que têm um plano", Lenin acrescenta: "Quando vencer, o proletariado fará assim: porá os economistas, os engenheiros, os agrônomos, etc. sob o controle das organizações operárias, a elaborar um 'plano', a verificá-lo, à procura dos meios de economizar trabalho por meio de centralização, à procura de medidas e métodos de controle mais simples, mais barato, mais conveniente e universal. Por isto pagaremos aos economistas, aos estatísticos, aos técnicos, bom dinheiro, mas... não lhes daremos de comer se não executarem este trabalho conscienciosa e inteiramente no interesse dos trabalhadores"³⁸). Depois disso, um bolchevista convicto e fiel, seguidor de Lenin, dificilmente se ocuparia com problemas de planejamento. Mas cabe deixar registrado desde logo que, nesse mesmo texto, Lenin manifesta-se enfaticamente a favor do centralismo no planejamento ("somos pelo centralismo e por um plano..."), o que deve ter tido algum peso na forma centralista do sistema soviético de planejamento que se constituiu anos mais tarde.

As contribuições de Lenin

Assim como Marx e Engels, também Lenin jamais apresentou um conjunto consistente de idéias a respeito de como deveria ser a organização econômica de um regime socialista. Seus escritos sobre o assunto nada mais são do que uma repetição das idéias dos "clássicos", acrescidas às vezes de sua própria interpretação delas. O exemplo mais evidente disto é seu livro sobre *O Estado e a revolução*, escrito exatamente nos dois meses anteriores ao da revolução bolchevista, cujos dois temas centrais - a ditadura do proletariado na fase de transição e o perecimento do Estado na fase superior

38.Ibid., p. 19.

39. V. I. Lenin. *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 11, 1980, p. 351.

do comunismo - foram tomados dos "clássicos". Sem dúvida, as contribuições mais importantes de Lenin para a formação do sistema soviético foram as propostas apresentadas por ele nos meses que antecederam a tomada do poder pelos bolchevistas, no sentido de constituir na Rússia um "capitalismo de Estado" mais ou menos semelhante ao denominado "capitalismo monopolista de Estado" vigente nos países capitalistas europeus mais avançados de então, com a diferença de que na Rússia esse sistema seria controlado pelos trabalhadores e seria um período de transição para o regime socialista. Suas propostas se inspiravam, de um lado, nas idéias de Marx e de Engels sobre a transformação do capital nessas economias avançadas e, de outro, diretamente na economia alemã da época da Primeira Guerra Mundial.

Na segunda metade do século XIX as grandes empresas organizadas sob a forma de sociedades anônimas já haviam alcançado considerável importância na estrutura econômica dos países capitalistas mais adiantados. No capítulo 27 ("O papel do crédito na produção capitalista") do volume III de *O capital*, Marx faz uma análise breve mas extremamente interessante dessa forma de organização das empresas, observando as seguintes implicações: "1. Uma enorme expansão da escala de produção e das empresas, o que era impossível para os capitais individuais (...); 2. O capital, que se apóia num modo social de produção e pressupõe uma concentração social dos meios de produção e de força de trabalho, é aqui dotado com a forma de capital social - capital de indivíduos diretamente associados - distinto do capital privado (...); 3. A transformação do capitalista realmente operativo em um mero gerente, administrador do capital de outras pessoas, e do proprietário de capital em mero proprietário, um mero capitalista monetário (...)". E, na interpretação de Marx: "Isto é a abolição do modo capitalista de produção dentro do próprio modo capitalista de produção"(40).

Essa análise é repetida por Engels, que agora levava em conta não apenas as sociedades anônimas, mas também as empresas estatais que foram criadas em diversos países europeus na segunda metade do século XIX, principalmente na Alemanha de Bismarck: "Se as crises demonstram a incapacidade da burguesia para continuar administrando as modernas forças produtivas, a transformação dos grandes estabelecimentos de produção e distribuição em sociedades anônimas e em empresas estatais mostra quão desnecessária é a burguesia para este propósito. Todas as funções sociais dos capitalistas são agora executadas por empregados assalariados. O capitalista não tem outra função social que a de embolsar dividendos, destacar cupons e jogar na bolsa de valores (...). No princípio o modo capitalista de produção expelia os trabalhadores. Agora ele expelle os capitalistas e os reduz, assim

40. K. Marx. *O capital*. vol. 111, Moscou. Foreign Languages Publishing House. 1962. p. 427.

como reduziu os trabalhadores, às fileiras da população excedente, embora não imediatamente às fileiras do exército industrial de reserva"(41).

Entre os socialistas otimistas, essa situação descrita por Marx e por Engels podia ser interpretada como um passo avançado do capitalismo na direção do socialismo. Entre esses otimistas encontrava-se Lenin. Num trabalho escrito um mês antes da revolução bolchevista (intitulado "A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la"), ele dizia: "O capitalismo monopolista de Estado é a mais completa preparação material do socialismo, é sua antecâmara, é o degrau da escada da história entre o qual e o degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário"(42), Daí decorre, portanto, que o capitalismo de Estado deveria ser implantado na Rússia como "preparação material do socialismo" que viria depois. Essa idéia está presente em diversos escritos de Lenin de 1917.

Em 1916 Lenin estava na Suíça e aí leu bastante sobre economia mundial e escreveu seu livro *Imperialismo: o último estágio do capitalismo*. Deve ter sido aí que lhe surgiu a admiração pela organização do "capitalismo monopolista de Estado", E entre os países assim organizados economicamente, seu maior fascínio era pela Alemanha, com sua eficiente economia de guerra e seus grandes bancos, que controlavam parte considerável das indústrias. Tal fascínio é visível em diversos de seus escritos de 1917; apenas como exemplo, no artigo "Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?" pode-se ler: "A consorciação obrigatória, isto é, a união obrigatória em associações sob o controle de Estado, eis o que o capitalismo preparou, eis o que foi realizado na Alemanha pelo Estado dos *Junkers*, eis o que será completamente realizável na Rússia pelos soviets, pela ditadura do proletariado, eis o que nos dará um aparelho de Estado universal, moderno e não burocrático".⁴³ A admiração de Lenin pela Alemanha também é testemunhada por um seu contemporâneo russo, Y. Larin, que foi um dos mais entusiasmados defensores da aplicação na Rússia da experiência alemã de economia de guerra (e que escrevera em 1915: "A Alemanha contemporânea ofereceu ao mundo um padrão de direção centralizada da economia nacional como uma só máquina trabalhando de acordo com um plano"); Larin contou que, alguns dias após a revolução, Lenin lhe pediu para estudar a organização da economia alemã a fim de utilizá-la na Rússia(44).

No mesmo artigo há pouco mencionado, Lenin também manifesta a grande importância que atribuía aos bancos, o que mais uma vez era resultado da influência alemã: "Os grandes bancos são o aparelho do Estado

41. F. Engels, *Anti-Dihring*, Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1962, pp. 381-2. 42. V. I. Lenin, op. cit., pp. 195-6.

43. Id., *ibid.*, p. 343.

44. Citado por E. H. Can' op. cit., p. 87.

de que necessitamos para realizar o socialismo e que tomamos já pronto do capitalismo (...). Um banco único de Estado, o maior dos maiores, com sucursais em cada distrito, junto de cada fábrica, isso já é nove décimos do aparelho socialista. Isto é uma contabilidade nacional, um registro nacional da produção e distribuição de produtos, isto, por assim dizer, é como que o esqueleto da sociedade socialista"(45).

Em suma, o capitalismo monopolista de Estado, especialmente em sua versão germânica, é a matriz das propostas de Lenin para estruturar a economia russa após a esperada vitória bolchevista. Assim, num curto artigo de abril de 1917 ("Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução"), suas propostas consistiam em: 1) "nacionalização de todas as terras do país", as quais, note-se, não deveriam ser simplesmente redistribuídas mas sim reorganizadas sob a forma de "explorações-modelos sob o controle dos deputados assalariados agrícolas por conta da coletividade" (ou seja, Lenin propunha a coletivização da terra); 2) "fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único e seu controle por parte dos Sovietes de deputados operários"; 3) "não introdução do socialismo como tarefa imediata, mas apenas passar imediatamente ao controle dos Sovietes dos deputados operários a produção social e a distribuição de produtos"(46). Essas propostas, com algumas mudanças, são repetidas em alguns escritos seguintes, e, num longo artigo de setembro de 1917 ("A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la"), Lenin apresenta um programa mais amplo e mais bem explicado, constituído dos seguintes pontos, além do programa agrário: "1. União de todos os bancos num só e controle estatal de suas operações (aqui já se fala em controle estatal em vez de controle por parte dos Sovietes); 2. nacionalização dos consórcios, isto é, das associações monopolistas mais importantes dos capitalistas (consórcio açucareiro, petrolífero, carbonífero, metalúrgico, etc.); 3. Abolição do segredo comercial; 4. Consorciação obrigatória (isto é, união obrigatória em associações) dos industriais, comerciantes e patrões em geral; 5. União obrigatória da população em sociedades de consumo ou o estímulo para essa união e seu controle"(47). E Lenin explica em seguida que não se trata de expropriar os bancos e os empreendimentos comerciais, mas tão-somente de controlá-los e regulá-los pela ação do Estado. Portanto, a proposta era realmente a de criar um capitalismo de Estado; o socialismo era deixado para o futuro, para um momento indeterminado.

Aqui surge naturalmente a pergunta: por que Lenin não propôs logo o socialismo em vez do capitalismo de Estado? Parece haver duas respostas verdadeiras para essa questão. Primeira: ninguém sabia como estruturar uma

45. V. I. Lenin, "Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?" 46. Id., *ibid.*, p. 15.

47. Id., *ibid.*, p. 173.

economia socialista; afinal, como pôr em prática a propriedade social dos meios de produção, como organizar as atividades produtivas e as relações de produção socialistas, etc.? Como já vimos, as observações de Marx e Engels sobre esses assuntos eram muito vagas, de pouca serventia na prática. Por outro lado, excetuando a Comuna de Paris de 1871, não havia qualquer experiência histórica concreta que pudesse servir de referência ou ponto de partida, e mesmo a Comuna de Paris - apesar de sua glorificação pelos marxistas - tinha sido uma experiência muito curta e limitada para ser tomada como exemplo para a organização da economia socialista no vasto território da Rússia.

Segunda: Lenin considerava não haver na Rússia uma base econômica e política suficientemente desenvolvida para permitir a passagem imediata do regime czarista (um misto de capitalismo atrasado e resquícios de feudalismo, juntamente com uma tradição política de extremo autoritarismo) para o socialismo; portanto, seria necessário passar por uma fase intermediária, que promovesse o desenvolvimento tanto das forças produtivas como das relações sociais e políticas; o capitalismo de Estado seria usado para esse objetivo.

Nesse ponto é conveniente lembrar uma velha polêmica entre os movimentos políticos de esquerda na Rússia. De acordo com Marx: "Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter: nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade"(48). Aplicada à Rússia, essa concepção (que também aparece em outros textos de Marx e de Engels) estabeleceria que, antes de tentar implantar o socialismo, era preciso que o capitalismo se desenvolvesse plenamente no país. Ainda no tempo de Marx os *narodniki* (populistas) russos se opuseram a essa concepção e deixaram o próprio Marx (mas não Engels) em dúvida(49). A controvérsia atingiu os primeiros marxistas russos no século XX e avançou pelas décadas seguintes. Assim, em 1917, por ocasião da revolução liberal de fevereiro-março e na iminência de uma revolução comunista, ainda havia uma fração considerável de socialistas (marxistas ou não) que compartilhavam a opinião de que a Rússia precisava desenvolver seu capitalismo antes de embarcar no caminho socialista, para não mencionar a existência de pessoas que pura e simplesmente não queriam o socialismo. Em vista disso, a proposta de Lenin seria não só uma concessão a essas pessoas, mas também uma tentativa de superar a velha polêmica: admitia-se o capitalismo, porém não o liberal tradicional nem o

48. K. Marx, Prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p. 29.

49. Uma exposição das idéias dos *narodniki* e suas controvérsias com Marx e Engels encontram-se em Rubem César Fernandes, *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

monopolista, que predominava nas grandes potências de então, mas sim um capitalismo de novo estilo, controlado pelo Estado dos trabalhadores; a criação do socialismo era deixada para o futuro, para quando o desenvolvimento das forças produtivas se mostrasse suficientemente maduro para exigí-la.

Mas a proposta de Lenin não vingou, nem nos meses imediatamente após a revolução, quando foi substituída pelo Comunismo de Guerra, nem no período da Nova Política Econômica, quando foi suplantada pelo modelo stalinista de "socialização" forçada.

Conclusão

Não resta dúvida de que os comunistas que fizeram a revolução na Rússia em 1917 pretendiam criar um sistema que incorporasse os grandes ideais do marxismo, os quais, na área econômica, significavam fundamentalmente a implantação da propriedade social dos meios de produção, o controle racional do processo de produção e distribuição, a eliminação da exploração do trabalho e das desigualdades de renda. O presente trabalho procurou mostrar, todavia, que o sistema econômico formado na União Soviética não decorreu de propostas concretas formuladas previamente por Marx ou por Engels e nem mesmo por Lenin, embora algumas de suas idéias tenham sido levadas em conta em certos assuntos e em certos momentos. Na verdade, o sistema econômico soviético constituiu-se a partir de situações históricas específicas e sob forte influência de uma nova direção política (encabeçada por Stalin) que se afastou cada vez mais dos ideais marxistas. Mas esse é outro assunto que não cabe aqui.

MIGLIOLI, Jorge. O marxismo e o sistema econômico soviético. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.28-48.

Palavras-chave: Marxismo; Economia; União Soviética.